

PREFÁCIO

I

Sampaio Bruno (1857-1915), com nascimento, decurso de vida e morte na cidade do Porto, foi uma figura de elevado relevo no pensamento português do último quartel do século XIX e inícios do século XX, cuja importância se estende até ao presente. Aliava o pensamento reflexivo com uma actividade constante e combativa de publicista, nomeadamente de cariz político. É sobretudo na vertente de publicista que se enquadram os seus escritos entre 1892 e 1899, que integram o presente volume IV da coletânea dos textos dispersos.

Bruno viveu sempre preocupado com o futuro, antevendo-o aperfeiçoado quando se desse a implantação da República. Era o seu sonho, a sua utopia, que um dia se concretizaria, como expressa por diversas vezes até às antevésperas da República: «[...] enquanto esse tempo ucrónico não chega nesse lugar utópico, é útil que a solidariedade da piedade se afirme, já que ainda não a da justiça.» (A Voz Pública, 5 de Julho de 1903). A República era vista como a síntese teórico-prática duma sociedade harmoniosa, repassada pelos valores da justiça, da liberdade, da ordem, do trabalho, da dignidade, da paz. A República seria o antídoto para os males de que enfermava a sociedade do seu tempo, sobretudo a Monarquia e o jesuitismo. Daí que - expressa ele nas Notas do Exílio - se as Repúblicas têm abortado é por que não o eram.

A categoria superior a que elevou a República explica como a transformou em causa superior da sua vida, estendida até ao exílio. Ainda na fase anterior ao exílio, em que é patente o seu papel de ideólogo do Partido Republicano, Bruno, inspirado em Condorcet, Tocqueville, Bastiat, mas também em A. Comte e H. Spencer, explana o que entende ser (ou que deva ser) uma sociedade verdadeiramente republicana. Nesse sentido, esclarece que “ser republicano” não se limita a um corpo de ideias políticas mas, mais acima, tem de haver os sentimentos que lhe são correlativos. O republicanismo tem de ser um sentimento que conforme as ideias com os actos, como deixou exarado nos seus escritos.

Do período a que se reportam os ex-dispersos constantes no presente volume, entre 1892 e 1899, há dois dos seus livros que, na orientação, espelham o sentido do ideário bruniano. Por um lado, as Notas do Exílio, 1891-1893, apresentadas em livro em 1893, e, por outro, O Brasil Mental, dado à estampa em 1898. A esta última publicação, onde explicitamente transparece o rumo metafísico do seu pensamento, se deve associar a sua seminal obra A Ideia de Deus que, apesar de só ter visto a luz do dia em 1902, já há muito vinha ocupando o laborioso espírito de Sampaio Bruno.

No espaço de tempo que medeia o período destes ex-dispersos, de quase uma dezena de anos, denota-se uma luta constante pelo “bom combate”: uma sociedade embebida pelo valor maior da justiça, para cuja construção e implantação, entre nós, entregou a sua vida, mas de que viria a sair derrotado, no imediato, pelo falhanço da revolta do 31 de Janeiro de 1891. Houve, contudo, fundamentalmente, dois momentos-chave que deixaram marca indelével: o envolvimento no 31 de Janeiro de 1891 e a seguinte experiência do exílio. Aqueles dois “marcos” no seu percurso vital aparecem como centros irradiadores de sentido, tal como, embora de forma implícita, são reflexo os textos do presente volume. Embora a vida de Bruno sempre tenha sido pautada por valores, as cores do seu matiz não mantiveram sempre a mesma tonalidade.

Se a tentativa de implantar a República, nos primórdios da década de noventa do século XIX, saiu gorada, o conseqüente exílio acabou por, logo no início, dar fruto substancial com a publicação do Manifesto dos Emigrados da Revolução Republicana Portuguesa de 31 de Janeiro de 1891. Redigido em primeira mão pelo próprio Sampaio Bruno, é assinado, no mês de Abril seguinte, por um bom grupo de «proscritos portugueses», reunidos na cidade de Madrid. Este Manifesto acaba por ser uma verdadeira antologia do ideário do republicanismo português, onde a República é apresentada como uma «via dolorosa, mas a única salvadora» e em que se espelha que aqueles homens se moviam por valores, por causas. Exalando um espírito patriótico, o documento, ao mesmo tempo que apresenta o diagnóstico da situação em Portugal como a de um país «alheado do mundo», num «sonambulismo social», vivendo numa «inconsciência colectiva», faz o enquadramento do 31 de Janeiro – o antípoda do 11 de Janeiro de 1890 - no nosso devir histórico. Segundo aduzem os seus autores, só dois acontecimentos se equiparam na nossa história: a insurreição do povo de Lisboa em 1385, e a revolta do primeiro de Dezembro de 1640. De terra estrangeira, aqueles

homens enviam um clamor de esperança no futuro, apelando a que se solde um «pacto santo» na via para um desejado tempo próximo em que se entrelacem as palavras com que terminam o Manifesto: «Viva Portugal! Viva a República!» E a sua confiança é patente, pois, no seu entender, conforme é afirmado no preâmbulo, a marcha republicana é imparável dado estar inserida na «fatalidade que determina as grandes leis da história».

O exílio foi dos períodos mais marcantes da vida de Sampaio Bruno. Um tempo com a marca do sofrimento, que está bem patente na sua expressão, para caracterizar o convívio, em Paris, com António Nobre: uma confraternização entre duas almas «em carne viva». Os artigos publicados em periódicos, por essa altura, não deixam transparecer na sua totalidade o seu ânimo interior. Só pelo recurso à sua correspondência epistolar se ficará conhecedor da ferida aberta com o exílio. Sobretudo a troca de missivas com Guerra Junqueiro, onde também se evidencia como a solidariedade movida pelos afectos é do mais genuíno altruísmo (ver Sampaio Bruno, Correspondência Epistolar e Outros Textos Avulsos, Organização, nota prévia e anotações de Joaquim Domingues, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 2011, pp. 78-126 e 623-677). É bom ter um tecto para viver, é bom ter uma família para cuidar e ser cuidado, é bom ter uma pátria com a qual se tenha um sentimento identitário e de pertença. Quando se é escorraçado da própria pátria e se tem de partir para o exílio, a experiência existencial estigmatiza interiormente. Como no caso presente, o exílio é o cadinho onde, pelas experiências vividas, repassadas de sofrimento, se dá lugar a uma metamorfose na sua mundividência física e, sobretudo, metafísica.

O exílio marca de tal modo a vida de Sampaio Bruno que esta se poderá balizar com um antes e um depois. Aquela experiência rasgou sulco. O próprio Bruno por diversas vezes se lhe referirá. Por mais de uma vez, na sua correspondência, utiliza o adjectivo “atroz” para qualificar a situação. Já mais tarde, apresentará uma visão ambivalente: «o travo desse sentimento específico do exílio, que é complexo, aliás, pois resulta um misto de orgulho e humilhação, de rancor e piedade» (A Ideia de Deus, 1902, p. 149). Um pouco mais adiante no tempo, rememorará o primeiro Natal passado no exílio, «sentindo o peito devorado por uma acerba agonia» (Os Modernos Publicistas Portugueses, 1906, p. XI). No ano seguinte, as suas palavras mostram que a

ferida não estava sarada: «Abominável coisa que é o exílio! Ai de mim, na profundidade da minha miséria! Abominável coisa que é o exílio, e deprimente e vexante, e hedionda, no frenesi da desesperação!» (A Voz Pública, 2 de Junho de 1907). E em diversos locais de publicação, e por várias ocasiões, o tema é recorrente, atribuindo-lhe outros qualificativos como “degrado”, “cárcere”, “agonia”, “abominável”, “vexante”, “hediondo”. Mas os seus estudiosos convergem sobre os seus efeitos, vendo no exílio - simultaneamente um espaço e um estado de alma – um centro incubador de grandes transformações. Joel Serrão refere-se-lhe como a «incomportável melancolia do exílio». António Telmo anota que «O momento decisivo [do seu pensamento filosófico] foi o exílio. Ali deflagrou a chispa de luz». Segundo Afonso Rocha, o exílio marca um ponto de ruptura, nomeadamente uma reinterpretação segundo a perspectiva gnóstica. Já Alexandre Morujão anota que a referida experiência deu lugar à «transmutação», ao «amadurecimento».

Nas suas viagens durante o exílio, nomeadamente pela Holanda, é de crer que Sampaio Bruno tivesse feito leituras e recolhido material nos domínios do esoterismo e do ocultismo (Joséphin Péladan, Isaac Luria). A entrada neste campo tê-lo-á ajudado a redireccionar o seu percurso de pensamento, dando-lhe novo sentido. A interpretação mística do exílio, exposta por Isaac Luria, foi-lhe, certamente, muito útil no domínio da compreensão e do apaziguamento interior. Se o próprio Deus está em exílio de si próprio, procurando reintegrar-se, tal situação servirá de consolo e de esperança ao pobre do humano.

Aquela mudança operada, de que falam os seus intérpretes, não é assunto claramente visível na sua escrita jornalística como podemos concluir pela leitura dos textos incluídos neste volume. Tal transmutação é anunciada no seu livro O Brasil Mental (1898) e projecta-se mais explicitamente n’ A Ideia de Deus (1902) e n’ O Encoberto (1904). Não teria sido só o desterro (o que já não seria pouco) a contribuir para a transfiguração interior, mas sobretudo o sentir-se um pária, não por sua auto exclusão, mas por rejeição da sua própria pátria, a que tinha direito por nascimento e por afectividade. Situação terrível. De um momento para o outro, e por período relativamente longo, ser rejeitado pelo berço pátrio, que ele tanto amava e pela melhoria do qual tanto se empenhara, abrira ferida no fundo do seu íntimo.

Tal como dizíamos, a nova orientação da sua vida pós-exílio não transparece de forma explícita na sua constante e assídua colaboração em periódicos. Esta, se no período pré-exílio tinha por detrás «um homem de propaganda» (Notas do Exílio, 1893, nota preambular), depois, como virá a esclarecer mais tarde, terá como desiderato a endoutrinação: «jornalista e pregador, o que era a maneira antiga de ser jornalista, como jornalista é a maneira moderna de ser pregador» (Portuenses Ilustres, II, 1907, p. 333). É este espírito que vemos perpassar pelas mais de duas centenas de textos que compõem este volume de Dispersos IV (1892-1899), como analisaremos seguidamente.

II

Não duvidamos que é na imprensa periódica que se vê o pulsar da vida no seu dia-a-dia. Os livros, quando devidamente pensados, têm uma função inestimável, mas é diferente da do devir apreendido nos textos que vão surgindo ao ritmo dos acontecimentos. No entanto, o caso de Sampaio Bruno é um pouco diferente. Apesar de as suas colaborações na imprensa periódica serem fruto de uma grande atenção à realidade quotidiana, o seu jornalismo é tendencial e essencialmente doutrinário. É o fundamento teórico que subjaz à sua prosa que dá o carácter de intemporalidade ao assunto tratado, mesmo que, à primeira vista, apenas pareça fazer eco da normal sucessão dos assuntos diários. Pensamos que é esse cunho que justifica a publicação deste tipo de textos de Sampaio Bruno, predominantemente dispersos pela imprensa diária. Intencionalmente, ou de forma indirecta, ele contribuía para a formação das opiniões públicas, fazendo jus à sua condição de publicista. E à pena de Bruno nada era estranho: desde os assuntos políticos e sociais, passando pelos de cariz mais filosófico, até aos do domínio económico, financeiro e mesmo do foro medicinal.

Nesse pulsar do quotidiano, entre 1892 e 1899, quer a nível nacional quer internacional, há temas recorrentes, como se pode verificar no conteúdo dos três volumes anteriores dos Dispersos, e de que também dão eco os Prefácios respectivos de Afonso Rocha, António Braz Teixeira e Ernesto Castro Leal, que são um precioso auxílio para a orientação da leitura desses volumes. No entanto, no referido período,

são os dois já anunciados acontecimentos que redireccionam a perspectiva do enfoque: a insurreição (falhada) para derrubar o mult centenário sistema da Monarquia e implantar a República no seu lugar e um penoso período de exílio, temas já tratados anteriormente.

O presente volume abrange um conjunto de textos, cerca de duas centenas, publicados entre 8 de Fevereiro de 1892 e 4 de Setembro de 1899. Excluindo alguns periódicos de menor nomeada, onde a colaboração foi mais episódica, há três órgãos que concentraram a produção de Sampaio Bruno: A Portuguesa (sucessor d' A República Portuguesa, após o 31 de Janeiro), entre 8 de Fevereiro de 1892 e 2 de Dezembro de 1892, mas cuja apreciável série de artigos viria a ser integrada no seu livro As Notas do Exílio. 1891-1893; A Voz Pública, com início em 4 de Março de 1894, que na presente colectânea, irá até 5 de Setembro de 1899; A Folha do Norte, Diário Republicano da Tarde, com colaboração entre 1 de Maio e 4 de Setembro de 1899.

A falhada revolta do 31 de Janeiro de 1891 leva Sampaio Bruno a interromper a sua actividade de publicista na imprensa periódica, retomando-a, a partir do exílio, no ano seguinte, como referimos acima. O tom da sua prosa, neste período, regra geral, é moderado. No entanto, algumas vezes ganha um estilo mais polémico, como, por exemplo em reacção a artigos de autores com posições dogmaticamente monarcófilas ou em assuntos que ele tomava como causas maiores, como foi o caso da suposta peste bubónica, que grassou no Porto, no ano de 1899, onde, simultaneamente, evidenciava grandes conhecimentos na matéria. Amiúde, toma posição contra aquilo que denomina de «opinião conservantista», tendo frequentemente como pano de fundo, explícita ou implicitamente, a dialéctica Monarquia-República. Neste sentido, no período temporal da presente colectânea, são muitos os textos a justificar a República como a via necessária para resolver os problemas nacionais – não há meio de «salvação para Portugal» conservando-se a Monarquia, afirma ele – e, até, de reputação de Portugal em relação ao exterior como justifica no seu texto «Que vantagens traria para Portugal, no exterior, actualmente, a proclamação da República?» (16 de Março de 1898). Justificando a sua opção pela República (res+publica), em contraposição com a Monarquia, diz que a Monarquia representa o governo de todos por um, o que torna necessário que esses todos abdicuem das suas liberdades («Réplica», de 8 de Julho de

1896). Ou, como já havia esclarecido uns dias antes, para ele «A república afirma-se, primeiro que tudo, como a única organização política compatível com a qualidade, reconquistada pelo cidadão, de árbitro do seu destino e não de súbdito, vassalo, escravo ou coisa pertencente a um certo por direito de herança e sagração duma entidade transcendente habitando o fundo do incognoscível o interferido, por delegação a quem revelou os seus desígnios, na actividade humana.» («Discussão», de 30 de Junho de 1896).

Em dois artigos sucessivos, publicados n' A Voz Pública, em 11 e 14 de Setembro de 1897, chega mesmo a justificar a revolução, cuja função principal seria a de resolver injustiças, sobretudo de índole económica. Inectivando um escrito do republicano espanhol Emilio Castelar, que defendia que Portugal não deveria fazer a revolução dado que o mal de que padecia o nosso país era económico, e os problemas económicos não devem gerar revoluções, Sampaio Bruno adverte asperamente contra esta posição, defendendo precisamente o contrário: a revolução justifica-se pelos problemas económicos. As revoluções procedem dos males económicos e acabam por resolvê-los, «é essa a sua função, mesmo, e não outra», afirma Bruno. Para dar força à sua posição, o filósofo portuense remete para dois pensadores de orientação antagónica, mas coincidentes na matéria em causa: o «dialéctico» Karl Marx e «o mais eminente dos rebeldes à ortodoxia marxista», o italiano Achilles Loria. De grande relevo na filosofia da história, Sampaio Bruno, em concordância, neste ponto, com Emilio Castelar, vê que o próprio cristianismo veio resolver a crise económica, reabilitando o trabalho, até aí desonrado e desprezado. Como corolário da sua posição, embebido no ideário de Proudhon, aduz Bruno que «impedir uma revolução é ameaçar a Providência, desafiar o inflexível destino e cair no absurdo, pleno e absoluto.»

A partir de assuntos que fazem parte da espuma dos dias, Sampaio Bruno faz análises de carácter substancial, como referimos acima. Por exemplo, no artigo «Os milagres de Lurdes», a propósito da publicação de um livro de Alfredo de Magalhães sobre esse propalado milagre, Bruno disserta sobre o tema dos milagres (assunto aprofundado n' A Ideia de Deus) sendo peremptória, naquela altura, a sua posição: «Há milagres? – Por certo: no espírito de quem neles crê.» Como igualmente em vários artigos, sob o título de «Geometria não-euclidiana», são tratados temas como a criação

por Deus ex-nihilo e a questão da matéria ser finita ou eterna, que virão a fazer parte do referido livro, editado em 1902.

Tendo como motivo a publicação do opúsculo A escola primária em Portugal, da autoria de J. Simões Dias, em artigo intitulado «Analfabetos», de 2 de Novembro de 1897, Bruno analisa o problema do analfabetismo em Portugal, relacionando-o com a «ignorância geral do povo português», que ele classifica de pavorosa e causa da nossa desgraça. Tomando os dados de 1890, por entre uma população à volta de cinco milhões de habitantes, cerca de quatro milhões eram analfabetos. São números que «esmagam e fulminam», são «espadas coruscantes». Defensor do ideário iluminista, associa esta situação ao estado de adormecimento vivido em Portugal. Aliás, no sentido de apoiar a difusão da educação, o publicista faz um panegírico da Academia e dos estudantes: aquela, em confiança e esperança, equipara-a ao Exército; estes, por seu lado, vê-os como «os soldados do progresso», ao mesmo tempo que exorta a que sejamos como eles: «moços. Moços pela ideia; moços pelo coração.» (texto de 8 de Fevereiro de 1898). Em todo o caso, conclui que se a ignorância do povo é um problema, o cinismo das classes dirigentes não é menor.

Sampaio Bruno diz saber e estar concordante com a ideia de que os trabalhos para os jornais devem obedecer à exigência de se ocuparem de assuntos da actualidade. No entanto, há temas que, parecendo próprios de determinado tempo, afinal repercutem-se de tal modo que o hoje parece cópia do ontem. Por exemplo, em artigo de 28 de Dezembro de 1897, é tratada a «questão portuguesa» como a discrepância entre as exportações e as importações. Antes de abordar propriamente aquele tema, Bruno enuncia o óbvio, mas muito importante, de que para resolver um problema, primeiramente é preciso percebê-lo. Depois, discorre longamente para que se entenda aquele nosso magno e crucial desequilíbrio entre as exportações e as importações, com a balança a pesar para o lado das importações. Ou seja, segundo outra equação apresentada, o problema estava no desnível entre a produção e o consumo.

Igualmente, lendo as palavras do Prefácio do volume II dos Dispersos (1880-1884), de António Braz Teixeira, vemos que a perspectiva e apresentação do Portugal daqueles anos não se afasta muito da que nos é dado ler nos presentes textos do findar do século XIX (1892-1899). Nas suas vertentes política, económica, financeira, social,

educacional, Portugal é pautado pela «mediocridade da classe política, clientelismo, degenerescência dos partidos, corrupção, acentuado e permanente desequilíbrio das contas públicas, elevado endividamento, degradação do ensino, gritantes desigualdades sociais, pesada tributação, imprensa ignorante e superficial.» Mas Bruno, em 24 de março de 1894, enuncia um problema de fundo e geral (a que, hoje, acrescentaríamos a União Europeia): «Deixámos de viver da Índia; passámos a viver do Brasil; mas não aprendemos a viver de Portugal». Afinal, entre as últimas décadas do século XIX e os tempos presentes não houve mudanças substanciais!

Tal como já encontrámos nos volumes anteriores dos Dispersos, Sampaio Bruno continua a dar relevo aos autores nacionais e aos feitos dos portugueses fora do nosso país. O pendor vai para os literatos, a propósito dos quais, ou sobre as suas obras, escreve uma vintena de textos, sendo as figuras mais modelares João de Deus, Guerra Junqueiro, Antero de Quental, Eça de Queirós, Lopes de Mendonça, Teófilo Braga, Almeida Garrett, Alexandre Herculano, Camilo Castelo Branco. Em relação ao segundo ponto enunciado, é notável o conjunto de oito artigos sobre «Os Portugueses na Abissínia» (país mais conhecido por Etiópia), nos quais a mistura da erudição com a clareza nos dá uma prosa de gratificante leitura.

Por estas mais de duas centenas de textos perpassa a vida nacional da última década do século XIX, intercalada com episódios da vida internacional. Geralmente, são realçados os aspectos menos positivos, mas, com frequência, são apresentadas propostas para a alteração do status quo. Apesar de tudo, por aquilo que sai da pena do publicista, pode ver-se um sistema político a ruir, enquanto outro é anunciado como “salvação”. De qualquer forma, por entre as ideias de Bruno vislumbra-se a procura da justiça para todos, porque era evidente no seu espírito que a justiça só para alguns era necessariamente injustiça para todos. Aquela premissa será o suporte do seu repúdio a toda e qualquer sociedade secreta, certamente protectoras para alguns poucos, mas recôndito de exclusão para muitos.

Não queremos deixar de evidenciar a boa hora em que o Centro de Estudos do Pensamento Português do Centro Regional do Porto da Universidade Católica Portuguesa, presidido sucessivamente pelos Doutores Arnaldo de Pinho e Jorge Teixeira da Cunha, em colaboração com a Imprensa Nacional-Casa da Moeda, tomaram a iniciativa, que têm vindo a concretizar, da publicação de um vasto conjunto

de artigos e pequenos estudos de Sampaio Bruno, dispersos – no espaço e no tempo – por variados periódicos. Agradecimento seja feito, tanto à direcção das entidades referidas, como às pessoas envolvidas, que têm emprestado o seu labor e saber ao melhor tratamento desses documentos. Aos leitores de Sampaio Bruno, mas também do pensamento filosófico português e da cultura nacional finissecular até meados da segunda década do século XX, fica facilitada a tarefa de investigadores ou de simples apreciadores. Para tal desiderato, aos quatro volumes dos Dispersos (e os que se lhe seguirão), deve juntar-se a referida e utilíssima obra com a correspondência encontrada do filósofo portuense, Correspondência Epistolar e Outros Textos Avulsos (2011), fruto do persistente e fino labor do Dr. Joaquim Domingues, que fez a recolha, a organização, a nota prévia e as anotações. A leitura da correspondência muito ajudará a entender melhor a vida e o pensamento do filósofo portuense, assim como o tempo em que viveu.

Braga, Junho de 2013.

MANUEL GAMA